

Fiesp faz avaliação da Carta

ANSE
P. 15

07 SET 1988
JORNAL DO BRASIL

SÃO PAULO — Após quase vinte meses da convocação da Assembleia Nacional Constituinte, viagens, entrevistas, publicações, brados de alerta e muita discussão, a direção da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) começou a fazer as contas das perdas e danos do que foi aprovado no texto definitivo da nova Carta. Entre as maiores perdas, a entidade contabiliza a aprovação do direito irrestrito de greve e a "discriminação" do capital estrangeiro. Mas alinha o princípio geral em favor da livre iniciativa, a proibição de o Estado constituir empresas sem ouvir o Legislativo e a nova política tributária como grandes avanços.

Para as votações do segundo turno, a Fiesp havia preparado uma lista de 24 pontos, que desejava ver suprimidos. Contentou-se com muito menos e prepara-se, agora, para a maratona da elaboração da legislação complementar, as constituições estaduais e as leis orgânicas dos municípios.

Um dos principais articuladores da Fiesp e também presidente da Comissão de Assuntos Legislativos da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Ruy Altenfelder, comemorou ontem a proximidade da promulgação do futuro texto constitucional, anunciando com cautela os próximos passos dos lobistas da entidade: "Temos que analisar o impacto do novo texto sem emoção, incluindo o tabelamento dos juros, e acompanhar o trabalho da comissão de redação". Altenfelder também prepara anteprojetos de lei que serão apresentados a deputados e senadores, como sugestões à legislação complementar e ordinária.

Entre os principais ganhos obtidos nas votações do segundo turno, Altenfelder menciona a supressão da expressão "no máximo", para as jornadas de seis horas nos turnos ininterruptos.

26/08/88